

# **O LARGO DO CARMO EM BELÉM/PA: CULTURA, LAZER E CONFLITOS NO ESPAÇO PÚBLICO**

## **RESUMO**

Este trabalho surge motivado pelas tensões existentes no bairro da Cidade Velha, em Belém do Pará, em especial na área do Largo do Carmo. Área que, por fazer parte do núcleo inicial da cidade, é valorizada como patrimônio cultural. Apesar do título e das legislações incidentes sobre o local, em seu cotidiano há uma realidade contrastante ao valor que lhe é atribuído, sobretudo pela degradação física e descaracterização histórica crescente que determina uma paisagem de abandono. Essa problemática gera um movimento de resgate cultural e artístico no local o qual é transformado em discurso para a realização de projetos de intervenção na área, porém esses quando ligados à economia da cultura, podem ser perniciosos ao favorecer o processo de gentrificação. Os conflitos tornam-se mais evidentes nas proximidades da orla, caracteristicamente de aspecto popular, que possui uma população empobrecida, considerada por alguns, como obstáculo para o pleno desenvolvimento local. Evidenciando que os problemas no bairro não são apenas referentes à proteção patrimonial, mas refletem o comportamento de disputa do espaço urbano.

## O BAIRRO HISTÓRICO: PATRIMÔNIO E CONSUMO CULTURAL

A iniciativa deste artigo parte do bairro da Cidade Velha em Belém do Pará, primeiro núcleo urbano da cidade. Em seus quase 400 anos de existência, gerado de um pequeno forte militar, sofreu transformações ao longo dos anos, tanto em sua configuração urbana como nas práticas e usos do local. Essa passagem no tempo deixou elementos históricos que remetem ao passado desde o período colonial, levando-o a receber o título de patrimônio histórico-cultural da cidade e sua área inserida no Centro Histórico de Belém<sup>1</sup>.

Riegl (1982) compreende o valor histórico-artístico atribuídos aos conjuntos antigos, pela passagem de tempo e pela subjetividade que passam aos apreciadores e “desejosos de arte”. Ou seja, o interesse pela preservação estaria ligado à sensibilidade artística e ao conhecimento histórico. De fato, é perceptível no Centro Histórico de Belém uma movimentação cultural e artística, comandada por instituições de ensino e artistas, os quais discursam em prol da educação patrimonial entendendo o centro como “obra de arte”. Outro valor posto aos bens patrimoniais é referente à função de indutor da identidade local. O que segundo Choay (2001) é um modo das sociedades ocidentais assumirem sua relação com a temporalidade e construir sua identidade frente ao processo de globalização e massificação da cultura.

No entanto, considerando o contexto de economia capitalista, o patrimônio também pode se transformar em produto de consumo cultural quando são reutilizados para fins econômicos que se beneficiam de seu simbolismo e *status* histórico e patrimonial. A imagem do antigo é usada de forma midiática, como uma espécie de cenário para as atividades culturais (museus, galerias, restaurantes e outros), que por sua vez esperam a rentabilidade que isso pode oferecer deixando para segundo plano a necessária submissão à preservação patrimonial (CHOAY, 2001).

Atualmente observa-se que intervenções realizadas em centros históricos estão pautadas no uso da economia da cultura como motor de desenvolvimento e em criações de espaços culturais públicos voltados para o lazer e o turismo. Nesse ponto de vista de tratar a cidade, o centro histórico seria um grande museu ao ar livre, prática condenada por teóricos do restauro e cartas patrimoniais, sobretudo por sua artificialidade e conseqüente supressão às suas atividades tradicionais e modestamente quotidianas. Atos que vão de encontro com a prática preservacionista, se entendermos que preservar o patrimônio inclui promover a ambiência do bairro e as atividades tradicionais, mesmo as modestas (GIOVANNONI apud CHOAY, 2001).

Em Belém, ações do poder público em projetos pontuais de restauração e revitalização de alguns prédios históricos, podem ser vistas como exemplos dessas práticas. O cenário histórico torna-se atrativo para diversas manifestações culturais, em eventos lúdicos e artísticos, e nos finais de semana aumenta o número de pessoas movidas pela “animação cultural”. No entanto, como descreve Zukin (2000), o surgimento desses



**Ilustração 1** - Forte do Presépio é um exemplo de projeto de renovação urbana no Centro Histórico de Belém. Foto integrante do álbum “vãos sobre Belém por Arnaldo Dopazo”. Fonte: Haroldo Baleixe, 2009.

pontos de convivência possuintes de uma “aura” especial é atrativo para um público que possui o perfil de consumo diferenciado, levando essas áreas a processos de gentrificação<sup>2</sup>.

Apesar de o discurso estar baseado no pertencimento do centro por toda a população da cidade, observa-se em exemplos de outros centros históricos que passaram por processos de revitalização com este cunho empresarial, a segregação das populações empobrecidas, pois os pobres urbanos são vistos como “obstáculo”, quando o interesse de mercado está pautado na atração de consumidores de maior poder aquisitivo, ou seja, quem pode consumir e representar maiores lucros (ZUKIN, 2000).

A apropriação simbólica de antigos espaços renovados é item do planejamento estratégico, instrumento de planejamento contemporâneo, onde o Estado possui o papel de promover o crescimento econômico regional e a inserção da cidade no mercado global. Para isso, a cidade tem que se preparar para o futuro, inserindo uma nova imagem urbana com tendências arquitetônicas pós-modernas, frente à adaptação ao modelo globalizado e à inserção da cidade no mercado competitivo nacional.

Dessa forma, observa-se o perigo do patrimônio histórico vir a ser tratado somente como um produto a ser consumido, ser considerado apenas pelos seus atributos estéticos, por sua visualidade, sem maiores preocupações com outras dimensões do seu conteúdo histórico e social (PONTE, 2004). O que significa a produção de espaços que muitas vezes se tornam desrespeitosos aos seus valores históricos e contraditórios aos discursos preservacionistas.

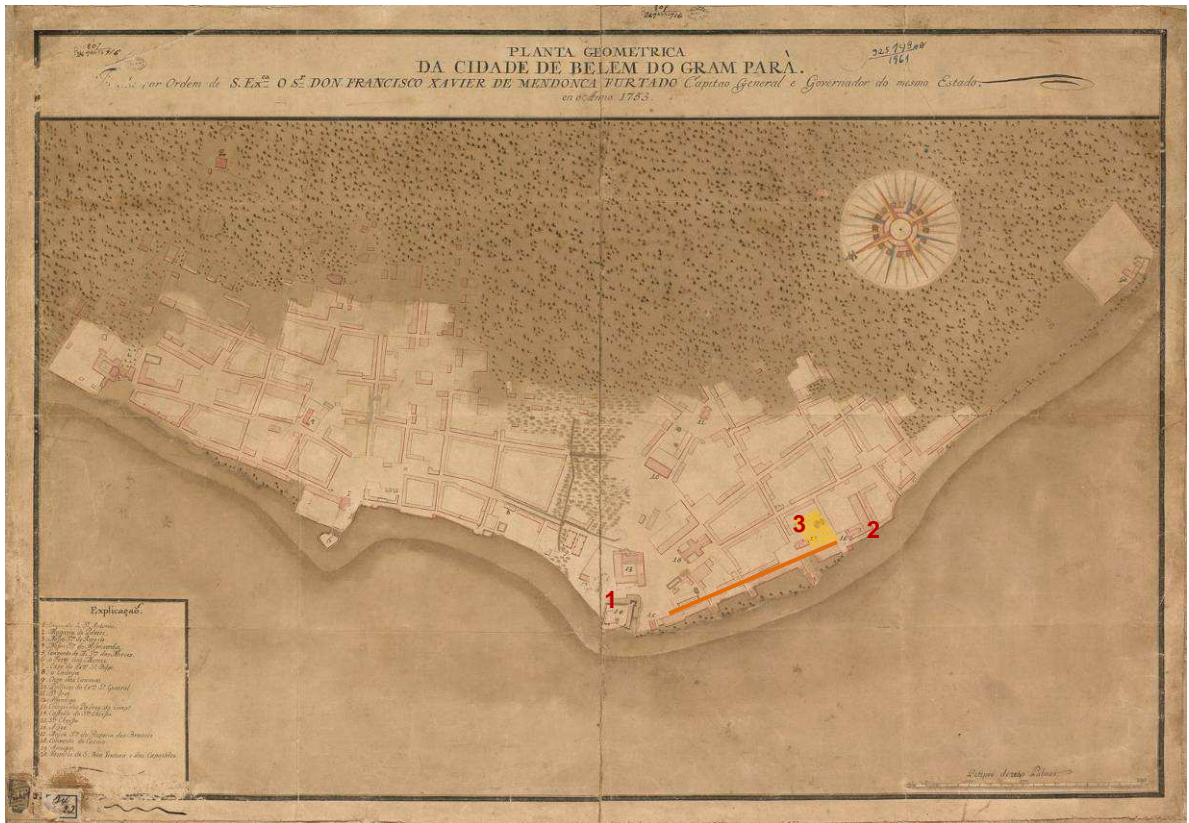
## **FORMAÇÃO HISTÓRICA DO LARGO DO CARMO: DE TERRENO BALDIO A PRAÇA DE EVENTOS**

A formação histórica de Belém inicia com a construção de um forte militar português em 1616. A ocupação inicial da cidade foi lenta e despretensiosa quanto ao seu desenvolvimento urbano. Nas primeiras décadas a pequena vila limitava-se a exercer sua função de base militar (CRUZ, 1963), não havendo uma preocupação de fixação, as edificações eram poucas e possuía uma feição indígena muito marcante, incluindo o forte, sua principal construção (PENTEADO, 1968; MOREIRA, 1966). Moreira (1966) categorizou essa fase pioneira de Belém como “ribeirinha”, assemelhando-se à maioria das cidades amazônicas. Belém nasceu e cresceu em função do rio, essa proximidade recorria à sua função de praça forte, boca do sertão e centro missionário, onde o rio era a via de acesso e de comércio das “drogas do sertão”.

As primeiras edificações e arruamentos do bairro da Cidade Velha foram surgindo em relação ao forte e ao rio. A Rua do Norte (atual Siqueira Mendes) foi a primeira, paralela ao rio, iniciava-se na praça d’armas e seguia até a residência do Capitão-Mor Bento Maciel Parente que em 1626, com a chegada da ordem dos carmelitas calçados, doou o referido terreno para a construção do convento e o primeiro edifício da igreja do Carmo. Parte do terreno que fazia parte do alagadiço da Juçara tornou-se o adro da igreja chamado Largo do Carmo, semelhante a outros largos da cidade, não possuía qualquer elemento paisagístico ou arquitetônico; ao contrário, estes são descritos pelos historiadores como terrenos baldios e alagados, lugar de chagas pela falta de higiene e limpeza isto devido à pobreza e precariedade do pequeno povoado que era Belém (PENTEADO, 1968; CRUZ, 1973).

No século XVIII, sob influências do governo Pombalino em Portugal, Belém passou por alguns melhoramentos, a proposta era restaurar a região pobre e decadente, e fortalecer o poder da coroa portuguesa na “Porta da Amazônia”. Para isso, sob o governo de Mendonça Furtado, foram realizados projetos de urbanização (a maioria não concretizados) que idealizavam para Belém uma opção para capital da coroa no Brasil (PENTEADO, 1968; MIRANDA, 2006). É deste período a presença do arquiteto italiano Antonio Landi, o qual projetou uma arquitetura lusitana na cidade com característica do barroco português e do rococó, empregando de forma antecipada no país o estilo neoclássico de influência italiana<sup>3</sup>. Atualmente as obras de Landi representam os principais edifícios tombados do Centro Histórico de Belém, é de sua autoria parte do projeto da Igreja do Carmo, reconstruída em 1760.





**Ilustração 2** – Planta geométrica da cidade de Belém do Pará 1753, Biblioteca Nacional. Assinalado em laranja a Rua do Norte, em amarelo o Largo do Carmo, 1 – Forte do Presépio, 2- Igreja do Carmo e 3- Igreja do Rosário dos Homens Brancos.



**Ilustração 3** – A Igreja do Carmo e o largo retratado pelo italiano J.L Righini no século XIX. Fonte: Acervo do Centro de Memória da Amazônia, 2010.

A partir da metade do século XIX, favorecida pelo enriquecimento causado pela exportação da borracha, Belém recebeu diversas reformas urbanísticas e implantação de

equipamentos urbanos, os quais tinham por finalidade o seu embelezamento e modernização. Essas transformações eram financiadas por seringalistas e, sobretudo, sob o comando do intendente Antônio Lemos (1897-1912).

Esse período é recorrentemente chamado de “*Belle Époque*”, fazendo alusão a influência francesa da época. Nesse período o Largo do Carmo recebe modificações mais expressivas através do Plano Geral de Embelezamento e Saneamento da cidade. A proibição de lançamento de águas servidas, materiais em decomposição, animais mortos, ou os lixos de quaisquer espécies nas ruas, praças ou qualquer logradouros públicos, colaborou para a limpeza do largo. A revitalização promovida pelo Intendente Antônio Lemos delimitou a praça, acrescentando-lhe um novo calçamento e arborização. Além de uma balaustrada da qual se apreciava o rio e a instalação de um quiosque para venda de artigos finos na Travessa do Carmo (atual Rua Dom Bosco). É possível ter uma descrição dessas intervenções em trechos do relatório de Lemos de 1902:

Recebeu o largo do Carmo importantes melhoramentos. Na parte que dá para o rio, mandei fazer um vasto terraplano limitando-o por elegante balaustrada. O acesso do terraplano para o rio em vez de esboroadá rampa de pedras irregulares a qual existe até agora, far-se-á por meio de uma escadaria de avenida de suave declive. A antiga arborização da praça começou a ser substituídas por mangueiras (Relatórios de Lemos, 1902).

A partir da década de 1930 observam-se sucessivas modificações no Largo. Sendo as mais significativas a realizada em 1949, quando recebe ajardinamento, passeios e mobiliários urbanos e a de 1994, responsável por sua configuração atual (LEÃO, 2010).

A revitalização promovida pela prefeitura em 1994 modificou o antigo traçado da praça acrescentando-lhe um anfiteatro, o qual foi projetado para abrigar novas funções culturais pensadas para a praça e para o centro histórico. Esta reforma se destaca devido ao fato de, apesar da praça ter sofrido outras intervenções anteriores, ela não tinha recebido alterações das características do projeto de 1949. O



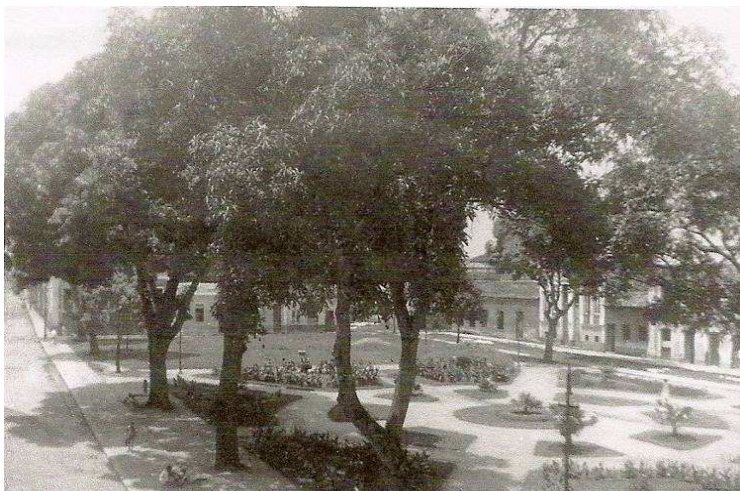
**Ilustração 4** - Foto da balaustrada onde é possível avistar o rio Guamá, Coleção Robert Smith, entre 1937 a 1947. Fonte: Biblioteca digital do Fórum Landi



único elemento antigo da praça mantido foi o busto de Dom Bosco, doado pelo colégio do Carmo em 1975.

Nessa reforma foram realizadas também escavações arqueológicas que descobriram as ruínas dos alicerces da Igreja do Rosário dos Homens Brancos, sendo incorporadas ao ambiente da praça em prismas para contemplação do sítio arqueológico. Nos primeiros anos, após a praça ser entregue, as ruínas podiam ser vistas em três pontos cobertos com pirâmides em estrutura de ferro e policarbonato translúcido protegidas por um gradil de ferro, ao redor uma paginação de piso em lajota cerâmica marcava a provável delimitação da Igreja (MIRANDA, 2006).

Atualmente, a praça é



**Ilustração 5** - Configuração da Praça do Carmo por volta da década de 1940. Acervo do Colégio do Carmo. Fonte: LEÃO, 2010



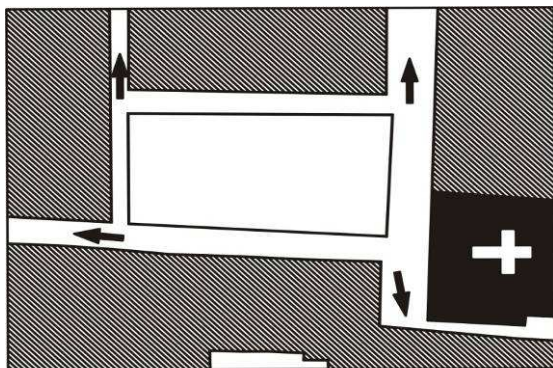
**Ilustração 6** - Configuração atual da Praça do Carmo. Fonte: Autora, 2008.

circundada por um conjunto arquitetônico histórico, possuindo edificações que em sua maioria estão bastante descaracterizadas. A área da balaustrada implantada por Lemos encontra-se ocupada, eliminando a vista para o rio.

## **USOS E APROPRIAÇÕES: A PRAÇA DA CULTURA, LAZER E CONFLITOS**

Para Sitte (1992), a praça é o lugar da vida pública dos rituais religiosos, dos teatros, do carnaval, procissões, festas populares, desfiles e etc. para o autor, o efeito artístico do espaço da praça, no contexto urbano, favorece o espiritual do ser humano além da função social que provoca em uma sociedade. Segundo o mesmo autor, o resultado aconchegante e acolhedor das praças pequenas e antigas se devem ao efeito visual de

fechamento do espaço, provocado pelas desembocaduras das ruas perpendiculares as linhas de visão (SITTE, 1992). Efeito chamado de “pás de turbina” ou “efeito hélice”. Conforme observar-se na ilustração 7, a inserção da Praça do Carmo na malha urbana



Praça do Carmo

**Ilustração 7** - Configuração da Praça do Carmo evidenciando os princípios de Camillo Sitte. Fonte: Autora, 2009.

remete a este princípio. Além de lembrar as praças de igreja descritas pelo autor: É uma praça de profundidade, que provoca maior atenção para o edifício principal que está ao fundo, em um de seus lados mais estreitos. Portanto possuindo características da praça que oferece perfeita harmonia ao conjunto que a circunda.

A Praça do Carmo possui significativa função social para o seu bairro, sobretudo aos usos que possibilita. Pode-se concluir que a praça passou, desde seu surgimento no século XVII, por uma evolução não apenas morfológica, mas também de funções e apropriações do espaço. O Largo do Carmo nasceu como adro de igreja, primeiramente para a Igreja do Carmo, da qual origina seu nome, e posteriormente, também para a Igreja do Rosário dos Homens Brancos (demolida na década de 1930). Transformando-se de terreno baldio e alagado para uma configuração de praça de estar e depois de eventos, percebendo-se o uso do espaço público conforme a necessidade e ideologias de cada época.

É a partir do século XX que se observa na cidade o maior uso dos espaços públicos, originados pelos esforços da intendência de Antonio Lemos em transformar adros, como o Largo do Carmo, em “jardins públicos” (SEGAWA, 1996), forçando uma mudança do comportamento social<sup>4</sup> da população aos moldes europeus<sup>5</sup>, onde o jardim público aristocrata era o lugar salubre, de distração e lazer:

Eles aí estão, contudo, a oferecer à população o refrigerio, a frescura, a tranqüilidade, nas horas mais calmosas do dia. À noite, são um inestimável encanto, com a sua profusa iluminação: parecem verdadeiros cenários de mágicas, estonteadoras as praças de Belém. Quisera eu poder incutir no ânimo dos munícipes a convicção de todo o bem que lhes pode fazer o passeio e o exercício nas praças, pelas horas mais próprias, haurindo o ar oxigenado dos arvoredos, o eflúvio suavíssimo dos arbustos cheirosos, das flores. Quisera incitar a todos a levarem seus filhos aos jardins urbanos e suburbanos, a fazerem-nos folgar ao ar livre, ao ar puro, que tanto bem causa à saúde, fora dos âmbitos das casas acanhadas, onde se respira um



ar viciado pela aglomeração de numerosas pessoas (Relatórios de Lemos, 1903, p. 170-1 apud SEGAWA, 1996, p. 210)

Assim, a inserção do lugar na vida dos moradores também foi influenciada pela forma e elementos que a compunham. Com relatos desde o início do século XX, data correspondente ao início de seu ajardinamento, a Praça do Carmo possui a característica função de praça de bairro, a praça onde as crianças brincam e os moradores passam o tempo ocioso. Na década de 1990, com a última reforma e talvez a mais marcante que recebe, observa-se a inserção de novos elementos, a supressão de outros e as alterações na forma na praça. Atualmente os principais usos da praça<sup>6</sup> são definidos por três funções principais: praça de bairro, praça de eventos, e praça museológica.

Nomeou-se de praça de bairro, para aqueles usos estabelecidos pelos seus moradores, estes se apropriam do local das mais diversas formas, conforme a faixa etária e necessidades de usos. Observa-se que seu espaço possui um grande apelo ao lazer, sendo aproveitada para práticas de esportes e brincadeiras. Assim, os elementos da praça de eventos são apropriados pelos moradores em funções recreativas. Isso é tão forte na memória coletiva que o anfiteatro é reconhecido, por alguns moradores, como “quadra” devido ao grande uso para brincadeiras das crianças e para práticas de esportes como futebol, vôlei e *skate*. Observou-se que essas atividades possuem um público variado, com pessoas de diferentes faixas etárias: desde crianças, jovens, adultos e terceira idade.

A função de praça de evento vem se concentrando no espaço desde a década de 1980 e foi consolidada com a inserção do anfiteatro. Como sua proposta previa, este serve de palco para diversos eventos já fixos no calendário da cidade, entre eles: Carnavais (serve de concentração para blocos), Arrastão da



**Ilustração 8** - Auto do Círio Fonte: Diário do Pará, 2009.

Pavulagem<sup>7</sup>, Cordão do Peixe-boi<sup>8</sup>, Auto do Círio<sup>9</sup> e etc. Além dos eventos de maior porte, nos finais de semana é comum observar o aumento do número de pessoas no local à procura de casas de shows e bares localizados no seu entorno.

No entanto, a atividade cultural relativamente nova na área, torna-se conflituosa ao encontrar moradores que vêem de forma positiva, considerando que tais eventos valorizam o espaço e estimulam o seu reconhecimento como um centro representativo da cultura da

cidade. Enquanto outros se opõem, pela infra-estrutura imprópria para a demanda de público atraído ao bairro, levando, segundo eles, a piorar a agressão do ambiente vulnerável. Exemplos dessa divisão podem ser notados através das duas associações de moradores que se encontram no bairro:

A Seresta do Carmo - famosa por levar música ao ar livre para o centro histórico reunindo centenas de pessoas - voltará a ser promovida. Batizada agora de Serenata do Carmo (...). Segundo a Secult, a proposta é “resgatar um pouco da movimentação cultural que existia no bairro”. Para Jânio Miglio, presidente da Associação de Moradores da Cidade Velha, a iniciativa é importante. “Sabemos que nos áureos tempos da borracha, as famílias se reuniam em praça pública. A Praça do Carmo sempre foi um local de famílias tradicionais se reunirem”, diz. Porém, a iniciativa não é compartilhada por outra associação de moradores do bairro, a CiVViva (Associação de Moradores, Empresários Estabelecidos e Amigos do Bairro da Cidade Velha). Segundo a presidente da entidade, Dulce Rocque, as festas que têm acontecido na Praça do Carmo acabam se estendendo para outras ruas do bairro, deixando vestígios nada agradáveis para os moradores, já que o principal público das serestas não é a população residente no bairro. “Não somos contra a seresta, mas contra o grande número de pessoas que se concentram aqui e, conseqüentemente, a sujeira que fica depois. Cultura não é sinônimo de destruição”, diz Dulce. (Diário do Pará, 30/10/2009)

É necessário conhecer o bairro, a nossa realidade. A estrutura da Cidade Velha, por exemplo, não comporta eventos de grandes proporções, assim como não comporta enormes locais noturnos. Suas ruas estreitas e o que restou das calçadas de liós se transformam, regularmente, em estacionamento, além dos ambulantes que chegam de todas as partes e ocupam o leito da estrada. Flanelinhas abusivos comparecem para ajudar a aumentar o caos. Mesmo com banheiros químicos, são as paredes e portas das casas que são usados... E o cheiro fica para os moradores. Carros com música alta e buzinando, acordam os moradores de madrugada, ao saírem dessas festas. Quem autoriza esses eventos não sabe que tem famílias que ainda moram em casas na Cidade Velha? (CIVVIVA, Novembro de 2009)



**Ilustração 9** - Anfiteatro lotado durante o cordão do peixe-boi realizado pelo Instituto Arraial da Pavulagem em 2009. Fonte: CiVViva (Cidade Velha-Cidade Viva), 2009.

A função museológica foi proposta pelo IPHAN através da exposição do sítio arqueológico, mas atualmente mostra-se um projeto falido. Observa-se que, os usuários não demonstram aceitação das ruínas, ou melhor, não as reconhecem como tais, por não saberem do que se trata (já que nunca recebeu programação visual). O tratamento negativo dos mesmos deve-se ao aspecto estético e conflitos sociais que os mesmos acabaram provocando. Entre as principais reclamações estão as de que o espaço é freqüentado por mendigos, para realização de necessidades fisiológicas e pelo despejo de lixo.

### ***CONFLITOS: Decadência e pobreza no centro histórico***

Atualmente as áreas centrais das grandes cidades sofrem com fenômenos de esvaziamento populacional e deterioração do seu patrimônio. Esse fenômeno inicia-se no centro histórico de Belém a partir da década de 1970, quando a área comercial começa a migrar para novos eixos, já que a infra-estrutura dos bairros antigos tornava-se obsoleta para as novas exigências e padrões de consumo, além do surgimento das legislações de tombamento do centro histórico e de proteção da sua área de entorno, as quais dificultavam a inserção de novos usos e custeavam a manutenção das edificações (CARDOSO; NASSAR, 2003).

Nessa conjuntura, o bairro da Cidade Velha se mantém como um típico bairro residencial<sup>10</sup> de classe média, no entanto é notória nas últimas décadas uma crescente degradação de seu espaço. Sua infra-estrutura e edificações consideradas saturadas, inapropriadas ou de difíceis manutenções, unidas ao desejo de modernização, motivaram a saída de moradores antigos do bairro, sobretudo dos que possuíam maior poder aquisitivo.

É significativo o sentimento de decadência que paira sobre o bairro, o qual é reforçado pelos moradores mais antigos que possuem em seus discursos lamentações ao recordar o tempo de outrora. Através de entrevistas realizadas por Miranda (2006), pode-se concluir que esses são conseqüentes, sobretudo de uma elite ressentida de sua própria falência, como se observa na exposição feita pela autora sobre algumas das razões para esse sentimento:

O mito da Belém sob a influência portuguesa, que é reforçado pelos moradores da Cidade Velha ao lamentarem a mudança no nome das ruas que faziam referência às cidades portuguesas, e o mito da *Belle-Èpoque*, da metrópole da Amazônia civilizada ao gosto francês, deixaram marcas no imaginário de certos grupos da população local, gerando um sentimento melancólico da decadência da cidade. [...] A cidade que tinha como espelho as metrópoles européias, mantendo-se isolada do resto do Brasil, sofreu com a 'integração' forçada pela construção da estrada Belém-Brasília, a qual trouxe para a capital produtos fabricados nas indústrias do Sul e Sudeste brasileiros, causando a falência da incipiente produção industrial local. Assim, restou para as 'famílias de prestígio' acalentar o sonho de um passado feliz, de uma cidade sem violência e equiparada às grandes do mundo. (MIRANDA, 2006 p.79 e 80)

O discurso sobre a decadência do centro histórico de Belém tornou-se freqüente na cidade, sendo embasamento para propostas de intervenções neste. Contudo, existe uma contradição ao se designar como "decadente" o centro de Belém, já que o mesmo ainda representa uma "centralidade" na cidade. Boa parte da população ainda concentra-se em torno do centro antigo, e na verdade observou-se que no processo de urbanização de Belém ocorreu uma expansão da sua área comercial e não a formação de outras centralidades, já que essas zonas comerciais estão localizadas em bairros periféricos ao centro antigo (PONTE, 2004).

Sendo assim, ainda é evidente a existência de vantagens locacionais do centro histórico de Belém, abrigando parte significativa das instituições públicas e possuindo uma atividade comercial dinâmica. Isto remete à reflexão sobre até que ponto ocorre essa



decadência já que o centro, mesmo estando degradado, ainda é espaço privilegiado quanto à infra-estrutura e rede de serviços.

E quando ocorre a desistência de uma área por um grupo, essa se torna aproveitável para outros, sobretudo os de menor poder aquisitivo que encontram oportunidade de acessos baratos ou até com custo zero nas infra-estruturas e mobilidade oferecidas no bairro central. Então se percebe que a reclamação não é somente do abandono físico do bairro, mas

também do aumento de sua pobreza, a qual incomoda os moradores mais antigos que em sua maioria não se acostumaram com a presença da nova vizinhança. Na Praça do Carmo esse conflito é expresso nas falas, com aparente ressentimento e frustração de não se poder mais usar o espaço. Muitos desses moradores, que usavam a praça como local de lazer familiar e a tratavam como



**Ilustração 10** – Crianças do Beco do Carmo brincando na Praça do Carmo após chuva. Fonte: CIVVIVA, 2009.

extensão de suas casas, hoje se vêem limitados ao seu uso, sobretudo pela sensação de medo e insegurança que experimentam com relação ao local. O medo, provocado pela violência urbana, é uma constante nas reclamações dos moradores do bairro.

Essas problemáticas sociais, em sua maioria, ocorrem no Beco do Carmo, local conhecido na cidade por possuir “bocas de fumo” e ser moradia de malfeitores. Eles que também são usuários da praça, a maior parte crianças, adquiriram o estigma da marginalização que a ocupação os sobrepõe e acabam sofrendo preconceito e repulsa pelos mais antigos. Sendo, inclusive não reconhecidos como parte do bairro, quando estes são referidos como “invasores”, passando a impressão de que os mesmos seriam pessoas de fora do bairro, expressando sua vizinhança indesejada.

O Beco do Carmo, localizado à margem do rio Guamá, no trecho entre a Igreja do Carmo e o Mercado do Porto do Sal<sup>11</sup>, possui uma ocupação que se iniciou em meados da década de 1970, por imigrantes da região do Baixo Tocantins, ocupando o terreno abandonado pela empresa de navegação Rodomar (MIRANDA, 2006).

O Beco abriga moradias de palafitas e madeira, formadas, na sua maioria, por apenas 1 ou 2 cômodos, as quais possuem ocupação média de 04 a 06 pessoas (ALVES, 2006), situação que demonstra a baixa qualidade de vida de seus moradores, agravada

pelas condições de saneamento, já que é possível observar embaixo das casas o acúmulo de detritos e lixo, os quais atraem vetores transmissores de doenças.

A maior parte de sua população não possui emprego, a baixa renda familiar e de grau de instrução favorece a prática de atividades informais ou até mesmo ilícitas. A maioria dos moradores atua com atividades braçais, vendedores ambulantes, flanelinhas e de serviços arranjados

em “bicos”. A presença da prostituição no local também é alta, o que segundo Alves (2006) é um dos fatores para o alto número de crianças e de mulheres grávidas.



O problema da violência urbana e do tráfico de drogas na área é assunto recorrente nos

**Ilustração 11** - Igreja do Carmo e o Beco do Carmo, foto integrante do álbum “vãos sobre Belém por Arnaldo Dopazo”. Fonte: Haroldo Baleixe, 2009.

discursos dos moradores, o que pode ser notado em notícias veiculadas nos meios de comunicação da cidade. Isso é motivo para o Beco do Carmo receber duras críticas, visto que transmite uma imagem negativa para o bairro, afastando seus frequentadores e induzindo mudanças de comportamento dos habitantes do restante do bairro, que se sentem ameaçados pela insegurança:

No dia 18 a polícia desfez um reduto do tráfico de drogas que se formara no Beco do Carmo, na Cidade Velha, prendendo 18 pessoas no local. A prefeitura devia vir imediatamente atrás para limpar a área. Não só complementando a ofensiva contra os traficantes, mas abrindo um novo horizonte para a cidade na orla. Todas as construções voltadas para a baía são ilegais. Até a década de 40 descia-se do Largo do Carmo para o beco vendo a água. Aos poucos, as construções, todas precárias, foram ocupando o espaço. Acabaram por se tornar antros do crime, sujando a paisagem e desvalorizando a área. Está na hora de atacar essa chaga e

fazer a assepsia urbana, qualificando melhor esse belo perímetro da cidade.  
(Jornal Pessoal, 2008)

Diferente de outros centros históricos em que é mais freqüente o encortiçamento em casarios antigos, ocorreu no bairro à inserção de uma configuração típica das “baixadas” de Belém, com construções de perfil mais recente. Isso pode ser explicado pela relação com o rio ao longo do crescimento da cidade.

Inicialmente, em sua fase pioneira, Belém teve um crescimento urbano em função dos rios, inclusive no traçado de suas primeiras ruas, no entanto com o período de penetração da cidade os ocupantes preferiram as terras centrais as quais eram também mais favoráveis agricolamente e não se apresentavam tão alagadas e insalubres como as terras costeiras (MOREIRA, 1966). Deste modo o processo de ocupação urbana em Belém historicamente se deu pela população com maior poder aquisitivo ocupando as melhores terras em sítios de terra firme, enquanto as áreas alagadiças próximas aos rios e igarapés eram ocupadas pela população de baixo poder aquisitivo (PENTEADO, 1968). Fenômeno que Cardoso e Nassar (2003) explicam pelo fato de que no crescimento da cidade os mais empobrecidos são destinados para os espaços da cidade com condições desfavoráveis, geralmente áreas de riscos ambientais.

Historicamente as margens de rio foram consideradas lugares “sujos” da cidade, sendo destinadas aos pobres e para atividades comerciais como feiras populares e portos. Moreira (1966) relatava falta de investimentos públicos para a orla do Guamá, e nele encontra-se a seguinte descrição “Do lado do Rio Guamá, aí a cidade não se volta para o rio, antes vira-lhe às costas, como que tomada de uma estranha pudicícia.” (MOREIRA, 1966, p. 132). A partir de 1970, essas áreas alagadiças sofreram grande adensamento com a explosão urbana de Belém, neste período aumentam os assentamentos informais, sobretudo por famílias oriundas do interior do estado, os quais implicavam na adaptação do modo de vida rural no contexto urbano, refletidos na arquitetura e práticas sociais.

Deste modo, o rio desempenhou um papel importante para a cidade, os portos, trapiches e feiras que se instalaram ao longo da orla estabelecem a relação de Belém com outras cidades interioranas, demonstrando uma economia alimentada pelas riquezas naturais de vales dos rios e seus afluentes evidenciando uma dinâmica econômica e social caracteristicamente amazônica. Atividades essas incluídas na orla do bairro da Cidade Velha. Observa-se ainda uma zona comercial relacionada ao Rio Guamá, constatado pela presença do comércio de ferragens, pesca, motores, materiais de construção, entre outros. É forte o movimento provocado pelos portos particulares na orla, que fazem transporte diário de passageiros e de cargas para municípios do baixo Tocantins e da ilha do Marajó.

No entanto, essa dinâmica tradicional é considerada “incompatível” para centros históricos, sendo sua retirada aclamada por defensores patrimoniais. Porém pode-se questionar se esta justificativa é apenas para fins de preservação e conservação ou é também porque existe hoje uma receita de usos e padrões para estas áreas centrais, e esta receita não admite a pluralidade de usos e nem a adoção de alternativas.

É importante salientar que nos últimos anos em Belém, o rio agrega a retomada do patrimônio natural da cidade, a qual ressurte por virar-lhe a costa no passado. Ou seja, de lugar dos pobres e da sujeira, cria-se na cidade uma nova forma de olhar para o rio: O rio é espaço do lazer e contemplação da natureza, onde sua presença é um elemento natural importante para a construção de uma paisagem que proporcione uma experiência “espiritual”, de descanso e diversão. Caracterizando a paisagem natural usada como espaço de escape e abstração da cidade pós-moderna (ZUKIN, 2000).

O rio é um elemento de aproximação do habitante com uma identidade sócio-espacial, prática típica das sociedades contemporâneas que buscam em sua territorialidade elementos que as identifiquem. A orla, portanto possui em sua paisagem a função de valorizar a identidade ribeirinha do belenense, a qual remete ao modo de vida característico das cidades de beira de rio da região amazônica. No entanto, é estranho que essa valorização, na maioria das vezes, implica na retirada das atividades que, justamente, caracterizam essa função “ribeirinha” da cidade.

Pode-se destacar como exemplo, a proposta do PDGB (Plano de desenvolvimento da Grande Belém) de 1975 para a área da Praça do Carmo, a qual previa a criação de ruas para pedestres, construção de trapiches de madeira e plataformas destinados a pontos de encontro, proposições paisagísticas, restauração de prédios na Rua Siqueira Mendes e no Beco do Carmo, entre outras. Mas não considerava as relações estabelecidas entre os moradores da área com seu entorno, além de não trazer nenhum indicativo para onde as famílias, que ali habitavam, seriam remanejadas.

Na verdade, isso ocorre porque a presença dessa população também representa relações e espaços esteticamente indesejáveis ao público de maior renda. Como cita Zukin, (2000) existe a tensão entre as obras das instituições poderosas em construir uma paisagem em razão de honra, da glória e do poder com as construções vernaculares dos desprovidos de poder, que atrapalham a expansão dos poderosos. E, portanto a necessidade da realocação dessas populações para locais onde não causem riscos ao patrimônio é definida pela memória histórica, pelo medo dos pobres e pelo poder econômico (ZUKIN, 2000).





**Ilustração 12** - Representação do antes e depois do projeto urbanístico proposto pelo Plano de desenvolvimento da Grande Belém de 1975. Fonte: LEÃO, 2010

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável nas ruas do bairro histórico a descaracterização crescente, degradação e abandono do patrimônio, ponto confrontador para o seu valor, que nos evidencia que para muitos os edifícios históricos não passam nenhuma emoção, ao contrário, sua historicidade e legislações recorrentes são impasses para o seu uso, dificultado pelas manutenções e adaptações custosas. E isso reflete até mesmo no trato da administração pública da cidade, no seu aparente descaso com o patrimônio histórico, sendo flexível em suas fiscalizações e na manutenção do bairro. Confirmando que o interesse ao patrimônio está ligado a uma classe artística e intelectual da cidade.

É observado o processo de “devolução” que ocorre na cidade em relação ao centro e à sua paisagem natural, e o quanto ela pode ser ilusória em seu nome, pois esta pode ser contestada, segundo Ponte (2004), pela sua intenção em promover mais o acúmulo econômico do que, de fato, a proteção do patrimônio. Isso também é prejudicial segundo Choay (2001), pois, provoca frustração no público interessado nos valores da história e da arte dos monumentos e dos conjuntos histórico, principais idealizadores do “movimento de luta” em prol da preservação histórica.

Quando a pesquisa parte em busca da visão dos moradores, encontram-se fatos interessantes para se compreender a dinâmica urbana da área, além de entender como a expansão cultural, que vêm ocorrendo no bairro, influi no seu dia-a-dia. O bairro, quando visto como espaço-público “pertencente a toda cidade”, provoca, em alguns moradores que ainda guardam na memória o bairro caracteristicamente residencial e pacato, um estranho comportamento de rejeição aos visitantes que são atraídos pelos eventos culturais. Desse modo, a chegada dos “de fora” em datas festivas é vista, por alguns, como invasão de privacidade; Assumindo o direito de “donos do bairro”, se sentem afrontados pelo comportamento indesejado<sup>12</sup> que aqueles possuem. Observa-se o aparecimento do

saudosismo da “*Belle époque*”, em suas regras limitadoras do espaço público, quando as atividades e comportamentos sociais eram controlados através do rígido código de postura. Além, de considerarem incômoda a presença da pobreza do Beco do Carmo, quando vêem nesse tipo de ocupação o empobrecimento do bairro, outrora elitizado.

Partindo da concepção de restauro formulada por Giovannoni (CHOAY, 2001) de que uma cidade histórica constitui em si um monumento, que ao mesmo tempo é um tecido vivo, um local que estabelece relação com a vida presente, que possui uma população usuária. Observa-se que é questionável a “receita” para a orla do bairro. Portanto, é defendida a “reapropriação” do Centro histórico, também pelas populações empobrecidas que o habitam. E que se deve respeitar a conservação do patrimônio histórico-artístico, a partir de seu entendimento como objeto de arte e de instrumento histórico, visando à qualidade ambiental do espaço urbano no cumprimento de suas funções e das atividades praticadas no local.

Frente aos espaços pós-modernos que costumam interiorizar os espaços públicos, criando ambientes em redomas de vidro (JAMESON, 2001) a vitalidade ainda presente na área tornar-se importante para o fortalecimento das práticas sociais tradicionais realizadas no espaço urbano do bairro. As praças são espaço da vida popular e entende-se que sua retirada provoca a perda de todo seu sentido original. Ou seja, o espaço urbano da área ainda possui a vida popular essencial para o seu funcionamento, enquanto local aberto para as atividades cívicas, religiosas, festas, feiras e etc. (SITTE, 1992). Assim, espera-se que o Largo do Carmo, apesar dos conflitos sociais, consiga continuar atuando em sua função primordial como espaço livre público. Sendo sua área oportuna para reavaliação do trato preservacionista na cidade, onde se priorize a expansão do conhecimento artístico em conjunto com a formação de um espaço socialmente mais justo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Joana Valente. **Levantamento Social e Comunitário do bairro da Cidade Velha**. Projeto Landi Cidade Viva, Fórum Landi. Belém: 2006.

CARDOSO, Ana Cláudia; NASSAR, Flávio Sidrim. **Pobreza urbana e o centro histórico de Belém**. In: Seminário Landi e o século XVIII na Amazônia, 2003, Belém. Disponível em: < <http://www.forumlandi.com.br/bibliotecaArg/pobrezaurbana.pdf> > Acesso em: 26 de Abr. de 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação liberdade: editora UNESP, 2001.

CIVVIVA (Cidade Velha-Cidade Viva): Associação de Moradores, Empresários Estabelecidos e Amigos do Bairro da Cidade Velha. Disponível em: <<http://civviva-cidadevelha-cidadeviva.blogspot.com>> acesso em: 02 de janeiro de 2010.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo). Belém: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Pará, 1973.

DIÁRIO DO PARÁ: Jornal Diário do Pará. Disponível em: < [www.diariodopara.com.br](http://www.diariodopara.com.br)> Acesso em: 02 de janeiro de 2010.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

JORNAL PESSOAL: A agenda amazônica de Lúcio Flávio Pinto. **Beco do Carmo**. 15/07/2008, Belém. Disponível em: < <http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=183>> Acesso em: 01 de Jul. de 2009.

LEÃO, Monique Bentes. **Espaço público e urbanismo em áreas centrais: O Largo do Carmo e seu entorno**. 2010. 149 f. Trabalho final de graduação - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do Patrimônio Cultural em Belém**. Tese (Doutorado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém, Imprensa Universitária, 1966. In: Obras reunidas de Eidorfe Moreira, v.1, Belém: CEJUP, 1989.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém – Estudo de geografia urbana**. 1º volume, Coleção Amazônia. Belém: UFPA, 1968.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. **A orla de Belém: intervenções e apropriação**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

RIEGL, Alois. **The Modern Cult of Monuments: Its Character and Its Origin**. In: *Oppositions 25: Monument/Monumentality*, edited by Kurt Forster. New York: Rizzoli, Fall 1982.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SITTE, Camillo. **A construção da cidade segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1992.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papius, 2000, p. 80-103.

\_\_\_\_\_. **Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano.** In: ARANTES, Antonio A. (org.) O espaço da diferença. Campinas, Papirus, 2000, p. 104-115.

---

<sup>1</sup> Segundo a Lei nº 7.709 de 18 de maio de 1994, (que dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências).

<sup>2</sup> A gentrificação é descrita por Zukin (2000) como um movimento iniciado por artista que ao chegarem ao centro criam uma atmosfera que induz a novos usos e frequências na área como galerias de arte, museus, restaurantes e etc. Essas atividades atraem uma clientela que na maioria das vezes representam pessoas com maior poder aquisitivo. Essa movimentação de “retorno” ao centro favorece a retomada dessas áreas antigas através do consumo cultural, estimulando investimentos públicos e de empresas no melhoramento urbano do local. Nesse processo as populações de baixa renda que antes habitavam os centros históricos quando estes eram considerados obsoletos acabam sendo afastadas.

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.forumlandi.ufpa.br/>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2010.

<sup>4</sup> O código de posturas de Belém restringia o comportamento nos espaços públicos: não eram permitidas músicas, tambores, algazarras, vendas em barracas ou carroças e etc.

<sup>5</sup> A praça pública medieval, espaço popular da espontaneidade, da festa, do escárnio, o “mundo único e coeso, impregnado de liberdade, franqueza e familiaridade”, no dizer de Mikhail Bakhtin, vai cedendo lugar à disciplina, à “harmonização do diverso e a coordenação das multiplicidades”, à “transformação de ordenamentos sociais complexos e contraditórios em arranjos organicamente articulados” (SEGAWA, 1996, p.48).

<sup>6</sup> Os principais usos da praça foram obtidos através de visitas ao local e entrevistas realizadas em 2008 e 2009.

<sup>7</sup> Arrastão da Pavulagem é um cortejo realizado pelo grupo Arraial da Pavulagem desde 1987 no período da quadra junina, trazendo representações do boi-bumbá, bandeiras de santos, mastros, bonecos cabeçudos, ritmos, cores e danças. Símbolos da festa junina da região.

<sup>8</sup> Cordão do Peixe-boi é o primeiro cortejo do ano realizado pelo grupo arraial da pavulagem com a intenção de memorizar os antigos cordões de bichos (representando a ligação do homem-natureza) e valorando manifestações culturais de diferentes regiões do estado do Pará.

<sup>9</sup> Auto do Círio é um cortejo pelas ruas da Cidade Velha com encenações e coreografias de apelo artístico regional, realizado nas vésperas do evento religioso Círio de Nazaré.

<sup>10</sup> A área histórica do bairro da Cidade Velha pode ser dividida em três partes conforme as atividades que apresenta: uma área residencial e de maior expressão, uma área institucional e uma área comercial/portuária. Desde o século XVII o bairro foi caracterizado pela sua função residencial o que o diferencia do bairro da Campina (integrante do centro histórico de Belém), o qual sempre possuiu maior representatividade em atividades comerciais. Esse predomínio habitacional explica algumas diferenças entre os dois bairros enquanto ao discutido fenômeno de decadência dos centros históricos, pois observar-se no bairro da Cidade Velha que não houve agravantes para tal como os vistos no outro bairro.

<sup>11</sup> O Mercado do Porto do Sal foi inaugurado em 1934, o qual era formado por casas comerciais e um porto que fazia embarque de passageiros, bebidas e gêneros alimentícios para o Baixo Amazonas. Seu nome reporta devido o local ser usado no embarque do sal na época Imperial (MIRANDA, 2006).

<sup>12</sup> Aqui podemos exemplificar o carnaval, atraindo diversos brincantes para rua do bairro e para a Praça do Carmo; o comportamento dos foliões incomoda pelas práticas sexuais escancaradas, confusões provocadas pelo excesso de bebida alcoólica, e o aumento da violência causada por assaltantes. Isso leva a reclamações de alguns moradores, vistas, por exemplo, no abaixo assinado contra o “bloco do Kaveira” que circulava nas primeiras semanas de janeiro de 2010 pelas ruas do bairro. Tratamento diferente do dado aos blocos promovidos pelos moradores do bairro, que tendem a ser menores e mais familiares, esses já com boa aceitação.